

ELEIÇÕES

Promessa de aumentar Auxílio

Bolsonaro quer subir a renda mínima de R\$ 400 para R\$ 600, mas não diz de onde o dinheiro virá para bancar o reajuste

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou, ontem, que o Auxílio Brasil passará de R\$ 400 para R\$ 600. Porém, não disse de onde sairá o dinheiro para bancar o reajuste do programa de renda mínima. Além disso, ele não explicou que um eventual reforço do benefício precisará de aprovação do Congresso.

“Como a imprensa está anunciando, o Auxílio Brasil vai passar de R\$ 400 para R\$ 600. É o governo entendendo o sofrimento dos mais humildes e, dessa forma, buscando atender a todos”, disse, durante a cerimônia de entrega dos condomínios de casas populares Canaã I e II, em João Pessoa (PB).

A 100 dias do pleito presidencial, em que Bolsonaro pretende se reeleger, especialistas avaliam que a proposta esbarra na legislação eleitoral — que proíbe a distribuição gratuita de bens ou benefícios pela administração pública no ano em que se realizam as eleições. Não bastasse isso, tem ainda as restrições fiscais.

O Palácio do Planalto acertou com o Legislativo incluir o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, até o fim do ano, na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos combustíveis. O pacote deve prever, também, uma bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil mensais e aumento no vale-gás para famílias de baixa renda — atualmente de R\$ 53 a cada dois meses. Os benefícios só valeriam até 31 de dezembro. O plano em análise é usar os R\$ 29,6 bilhões previstos na PEC que seriam destinados à compensação de estados que zerassem o ICMS sobre diesel e gás até dezembro. O valor ficaria fora do teto de gastos, âncora fiscal que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior.

Compensação

No começo do mês, Bolsonaro — ao lado do ministro da

Waldemir Barreto/Agência Senado



Bezerra queria incluir ajuda a motoristas de táxi e aplicativo. Senado pressionou para que programas de maior impacto social fossem contemplados

R\$ 29,6 BILHÕES

que compensariam os estados que zerassem o ICMS sobre diesel e gás seriam destinados ao aumento do Auxílio Brasil

Economia, Paulo Guedes, e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — anunciou uma compensação para os governadores que perdesse arrecadação por aderirem à alíquota zero do ICMS nas categorias consideradas essenciais, como os combustíveis. Guedes afirmou que os ressarcimento às ao caixa das unidades da Federação seria retirada de “receitas orçamentárias extraordinárias que ainda não foram lançadas no orçamento”. O valor seria de aproximadamente R\$ 29 milhões.

Mas o relator da Proposta

de Emenda Constitucional 16 (PEC 16) no Senado, a PEC dos Combustíveis, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), aumentou o montante da compensação para R\$ 34 bilhões sem especificar de onde esse recurso seria tirado.

Os governadores resistem à medida de zerar o ICMS, apesar de o governo pretender cobrir as eventuais perdas na arrecadação. A proposta constava do texto da PEC 16, mas foi retirada por Bezerra, conforme anunciado, na última quinta-feira (23), pelo líder de governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). Ele culpou os estados de

serem insensíveis à crise.

A pretensão do governo, agora, é fazer a transferência dos valores diretamente à população, por meio do aumento no vale-gás e no Auxílio Brasil, além do voucher de R\$ 1 mil para os caminhoneiros.

Bezerra ainda pretendia criar um auxílio para taxistas e motoristas de aplicativos, mas os senadores preferiram focar em programas que influenciam nas cadeias de produção. “A visão consensual é de que nós temos que focar nesses programas onde repercute, que é justamente o transporte de cargas”, observou. (Com Agência Estado)

Veto ao gatilho dos estados

» RAPHAEL FELICE

Ao sancionar a Lei Complementar 194/2022, que fixa um teto entre 17% e 18% para o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou a compensação da União a estados e ao Distrito Federal em caso de perda de arrecadação provocada pela limitação do percentual do ICMS. Pelo texto, sempre que os cofres das unidades da Federação perdessem mais de 5%, o ressarcimento viria por meio de descontos em parcelas de dívidas com a União.

Na publicação da sanção no *Diário Oficial da União (DOU)*, Bolsonaro justificou o veto com a arrecadação dos entes federativos nos últimos anos. “A proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que criaria compensações para a União de maior complexidade e de custo financeiro sem real efetividade”, observa a justificativa para o veto. A argumentação do Poder Executivo ainda salienta que “nos últimos dois anos foi observada melhora significativa na situação fiscal de Estados e Municípios, especialmente em decorrência do crescimento da arrecadação de ICMS”.

Também foi vetada a emenda que determinava à União bancar perdas, em 2022, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para manter pelo menos o mesmo nível do repasse de 2021. O trecho previa, ainda, o ressarcimento para manutenção dos pisos constitucionais de investimento nas áreas de saúde e educação. A justificativa foi de que “a proposição contraria o interesse público”.

Também não passou pelo crivo de Bolsonaro o trecho da lei que zerava a cobrança de PIS/Pasep e etanol e sobre a gasolina e o etanol. A argumentação foi de “possíveis desequilíbrios financeiros” que poderiam gerar “perdas desnecessárias de arrecadação em momentos de crise”.

Reação negativa

Os vetos foram mal recebidos pela bancada da educação no Congresso e pelas prefeituras. A Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), composta por deputados e senadores, ressaltou que a decisão de Bolsonaro vai contra uma decisão unânime da Câmara dos Deputados. Sobre o Fundeb, os parlamentares ressaltar que a rejeição ao que está previsto no texto da lei gera riscos à educação.

“As emendas foram incluídas pelo Congresso durante a tramitação do projeto para evitar uma perda entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões em recursos destinados à educação. Por isso, consideramos graves os vetos que comprometem o financiamento de todos os níveis da Educação Básica e que significam perdas das conquistas do novo Fundeb”, salientou a FPME por meio de nota.

Já a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também criticou a decisão. Acusou governo federal, Câmara e Senado de “sacrificarem” os municípios, onde vivem os “cidadãos mais vulneráveis”.

“Os sacrifícios para reduções da carga tributária — que notadamente precisam ocorrer no país, mas a partir de uma reforma tributária ampla, efetiva e responsável — vêm pesando excessivamente sobre os municípios. Congresso e União sacrificam mais uma vez o cidadão mais vulnerável do país, que demanda serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e saneamento. A aprovação e a sanção do texto mostram a falta de responsabilidade fiscal e social no Brasil”, critica a nota da CNM.

PT avança ao centro de olho no 1º turno

» TAINÁ ANDRADE
» VÍCTOR CORREIA

Como a ordem no PT é tentar encerrar a eleição presidencial no primeiro turno, a estratégia adotada pela sigla para derrotar Jair Bolsonaro (PL) tem surpreendido aliados e outras legendas que entraram na mira para aumentar o arco de alianças em torno do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Os petistas têm emitido sinais aos partidos de centro no sentido de dialogar sobre parcerias estaduais. Na mesa está até mesmo a hipótese de abrir mão de candidaturas e de abrir mão de cabeças de chapa para que se consiga agregar o apoio em torno da chapa de Lula e Geraldo Alckmin.

A nova postura foi bem recebida por potenciais novos aliados, que não esperavam ver o PT “tão manso” e disposto a negociar maior espaço com outras legendas até então vistas com desconfiança. Para organizar os esforços, a cúpula da campanha petista designou um interlocutor para coordenar os esforços em cada região.

Na alça de mira estão PSD e MDB — que tem uma candidatura presidencial própria, a da senadora Simone Tebet (MS). Para Wellington Dias, ex-governador do Piauí e coordenador da campanha de Lula, a disposição em formar alianças pode atrair um “apoio espontâneo de lideranças do PDT, PSD, PSDB, União Brasil e Republicanos, mesmo que tenham candidatura nacional”. Conforme observou, a ideia é enfatizar os ganhos locais com a adesão ao pré-candidato petista.

Boa vontade

O primeiro passo foi dado em Minas Gerais, onde o PT abriu mão da candidatura do deputado federal Reginaldo Lopes (MG) ao Senado para abrir espaço para Alexandre Kalil (PSD) e obter o palanque do ex-prefeito de Belo Horizonte. Isso levou o pré-candidato a crescer alguns pontos e a fazer o atual governador, Romeu Zema (Novo), se afastar de Bolsonaro para não ver a reeleição ainda mais ameaçada.

“Zema fez pesquisa interna e descobriu que 60% dos eleitores dele são Lula. Então, não vai abrir para Bolsonaro. Corre o risco de o presidente ficar sem palanque em Minas”, explicou um interlocutor do PT em Minas.

Um dos movimentos atuais é formar aliança com o PSD do Mato Grosso do Sul, segundo parlamentares petistas. A tendência no estado é que a de apoio a candidatura do atual prefeito de Campo Grande, Marquinhos Trad, ao governo. Para tanto, o PT retirará a pré-candidatura da advogada Giselle Marques.

As negociações são intensas também no Rio de Janeiro, estado estratégico para Lula, já que as pesquisas mostram que ele está praticamente empatado com Bolsonaro. O prefeito da capital, Eduardo Paes (PSD), foi chamado para conversar sobre a abertura de um segundo palanque de apoio ao ex-presidente, agregando um perfil mais do centro.

Ao *Correio*, Felipe Santa Cruz (PSD), pré-candidato ao Palácio Guanabara, confirmou que os dois partidos negociam apoio a Lula. “Eu estaria muito à vontade

Ricardo Stuckert



PT quer repetir para Lula o mesmo acerto que conseguiu em Minas, com Alexandre Kalil e Reginaldo Lopes



Estaria muito à vontade nesse palanque. Acho que é importante ter uma vitória expressiva contra o bolsonarismo”

Felipe Santa Cruz, pré-candidato do PSD ao governo do Rio de Janeiro e que pode ser mais um palanque de Lula

nesses palanques. Acho que é importante ter uma vitória expressiva contra o bolsonarismo, mas ainda está sendo negociado pelas instâncias do partido. Acho importante para o PT que não fique restrito ao campo da esquerda no Rio. Aqui, que é o principal estado dominado pelo bolsonarismo”, observou.

O PT se esforça para vencer Bolsonaro no primeiro turno por entender que as chances de uma virada no segundo

são consideráveis. Além disso, as pesquisas atuais deram fôlego à ideia: a última sondagem do Datafolha, divulgada na última quinta-feira, mostra que Lula tem 53% dos votos válidos.

“Está ficando claro que ganhar no primeiro turno é possível”, disse o deputado federal Rogério Correia (PT-MG). “A conjuntura exige uma aliança mais ampla pela reconstrução do país. Essa é a única coisa inegociável”, completou.

» Militares abrem ação contra Ciro

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas apresentaram notícia-crime contra o pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) por críticas feitas à atuação dos militares na Amazônia. Ele afirmou que os militares são convenientes com o crime organizado na região amazônica. Segundo o pedetista, “o narcotráfico é claramente protegido por autoridades brasileiras, inclusive as Forças Armadas”. Enviada à Procuradoria-Geral da República, a notícia-crime pede que sejam apurados os crimes de “incitar animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade”.